

RESENHA BIBLIOGRÁFICA *

BRACE (C. Loring). — *Os estágios da evolução humana*. Zahar Editôra. Rio de Janeiro. 1970.

Em 1970 a Editôra Zahar lançou uma nova série de livros denominada Curso de Antropologia Moderna, e foram editados 4 volumes: *Os Estágios da Evolução Humana*, *A Formação do Estado*, *Sociedades Tribais* e *Sociedades Camponesas*. Trata-se de uma série de publicações que foram editadas a partir de 1966 nos Estados Unidos na coleção *Foundation of Modern Anthropology Series* dirigida por Mashall D. Sahlins.

Estágios da Evolução Humana escrito por C. Loring Brace da Universidade de Michigan, no qual o Autor procurou sintetizar os resultados da Paleontologia Humana e dar ordem, dentro do pensamento científico ao problema da evolução humana; como êle diz:

“entre os assuntos que despertaram a curiosidade humana, bem poucos causaram um entusiasmo tão grande como o interesse do homem pelas suas origens” (p. 9).

Mas é necessário considerar estas especulações para que possamos compreender o processo em si, pois muitas descobertas ainda são recentes e a paixão que seus descobridores dão às mesmas, muitas vêzes prejudica a sistematização.

O Autor divide a obra em duas partes. A primeira: “A Descoberta das Provas” em que faz uma abordagem diacrônica com relação às descobertas paleoantropológicas, considerando 4 fases: 1). — antes de 1860; 2). — de 1860 a 1906; 3). — período de entre guerras e 4). — descobertas recentes. Na segunda parte êle procura interpretar as provas.

O Autor mostra duas tendências polarizantes com respeito à interpretação da evolução. Uma que seria a evolução lineal, na qual todos os fósseis homínidas conhecidos são colocados numa única seqüência, e a outra em que haveria evoluções divergentes, em que muitos fósseis homínidas conhecidos seriam “especializações” e portanto afastados da linha direta que leva ao homem moderno. O Autor é adpeto da primeira hipótese.

Quando Brace mostra o panorama do conhecimento do homem até 1860 vemos que o pensamento religioso estava ligado ao conhecimento, e era a fonte de que se alimentavam os estudiosos para explicar a origem do homem, como foi o caso, entre muitos, do Vice-Reitor da Universidade de Cambridge.

Em breves pinceladas o Autor destaca os estudos evolucionistas citando de modo particular Lamarck e Cuvier. Mostra ainda, como as poucas descobertas feitas neste período tiveram interpretações as mais contraditórias, como foi o do

(*). — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa de suas obras para a competente crítica bibliográfica. (*Nota da Redação*).

fóssil de Neandertal. Cita depois dois acontecimentos importantes que vão mudar a mentalidade e dão nova orientação aos estudos, como foi o parecer favorável da equipe de cientistas ingleses ao trabalho de Boucher de Perthes e a publicação em 1859 do livro de Darwin sobre *A Origem das Espécies*.

O segundo período tem como marco de referência o trabalho de Gustav Schwalbe, *Estudos sobre a Pré-História do Homem*. Neste capítulo o Autor relata os fatos que levaram à descoberta e as características do Cro-Magnon e do Pithecanthropus Erectus. Refere-se a assuntos já conhecidos que envolveram a figura de Dubois e as descobertas chinesas. No capítulo de entre guerras refere-se às descobertas na África-Taung; da Alemanha-Stenheim e Inglaterra-Swanscombe e ainda as de Java e China. Com relação às descobertas recentes refere-se às feitas na África a partir de 1947 em Makapansgat, Swartkrans e Krondraai realizadas por Dart, Broom e Robinson e a realizada em 1959 na Tanzânia pelo casal Leakey, e posteriormente as descobertas realizadas em 1962-1963 e 1964.

O Autor antes de fazer uma sistematização taxinômica dos fósseis, considerou os princípios evolutivos: seleção natural, mutação, oscilação genética, ortogênese e adaptação genética. Deve ser ressaltado as novas contribuições da genética no estudo da composição química da molécula, destacando o papel do DNA e das proteínas, ilustrando como os nucleotídeos em combinação com os aminoácidos podem provocar alterações moleculares. Com relação a ortogênese ele apenas o cita, para rejeitá-lo, mostrando que a evolução é oportunista e não pré-determinada, com fim previsto.

No aspecto referente à adaptação do homem ressalta o aspecto primordial da adaptação humana: a cultura. O homem não teve que se adaptar fisicamente às diferentes condições climáticas, criou um ambiente artificial para suplantar suas deficiências. Para a adaptação não bastava unicamente ter um cérebro maior, tinha que contar com a experiência. A transmissão de conhecimentos e experiências como só é possível com a linguagem, e como esta não deixa vestígios, já que só muito tardiamente o homem inventou caracteres para fixar suas idéias, a única maneira possível de se conhecer ou saber se um fóssil é homínida ou não consiste em identificar rústicas lâminas como produto cultural. Se se observa tradição na transmissão cultural, isto implica obviamente num processo de enculturação, portanto o indivíduo que confeccionou as rústicas lâminas, mesmo que tenha tido uma pequena capacidade craneana, mas como elaborou culturalmente objetos, pode ser denominado de "homem" estrito senso.

No 8º capítulo intitulado "A Cultura como Nicho Ecológico" o Autor considera a Ecologia como o

"estudo das formas de vida adotadas pelas espécies" (p. 74).

Ao conjunto das respostas elaboradas por uma espécie, denomina de nicho ecológico, e como no homem a maneira de viver está condicionada à cultura, daí ele denominar de nicho ecológico cultural. Ainda o Autor elabora um quadro da Pré-História correlacionando cronologia, períodos geológicos, glaciações e estágios

culturais. Com relação aos estágios culturais os descreve linearmente sem fazer referência ao aspecto espacial. Considera as seguintes fases culturais: oldovaniiana, abeviliana, acheuliana, musteriana, paleolítico superior, neolítico e era atômica. Com relação às glaciações não faz referência à 1ª descoberta a partir de 1930, que é a de Donau (p. 71).

Nos quatro capítulos que seguem, o autor considera separadamente os estágios Australopithecídeo, Pithecantrópico, Neandertalense e Moderno. Com relação ao estágio Australopithecídeo levanta a questão da classificação do gênero Australopithecídeo a partir do princípio de que a cultura que denota este fóssil o coloca no gênero Homo, trazendo de volta portanto a tentativa realizada por Mary. Brace aceita a dualidade estabelecida por Robinson, ou seja de considerar uma fase Australopithecus e outra do Paranthropus. No grupo Australopithecus inclui os fósseis de Taung, Sterkfontein, Makapansgat e da Garganta do Olduvai (pré-Zing). No grupo do Paranthropus coloca os fósseis descobertos no Transvaal, o Meganthropus de Java e o Zinjanthropus de Olduvai. O Autor coloca estas duas fases numa seqüência evolutiva, em que considera o Australopithecus anterior ao Paranthropus. O problema encontrado pelo Autor é com respeito a datação que acredita ser a diferença de técnica empregada a causa da divergência. Para Brace, então, os Australopithecídeos seriam os ascendentes diretos de todos os homínidas, incluindo no gênero Homo e da espécie que denominou de Africanus.

O estágio Pithecantrópico está datado em 500.000 anos, portanto há um lapso de tempo de 1.250.000 anos que os separam da fase Paranthropus. O estágio Pithecantrópico compreende as descobertas de fósseis realizadas em Chou-Kou-Tien, as de Dubois e Koenigswald em Java. Dêstes fósseis o mais antigo seria o de Modjokerto, pois foi datado como pertencente ao Pleistoceno Inferior, camada Djetis. Este estágio coloca-se num grau mais evoluído, a capacidade craneana por exemplo apresenta o dôbro dos Australopithecídeos, pois agora a média é 1.000 cc, a saliência supra-orbital permanece, mas os molares já apresentam redução apreciável. Estes Pithecantrópicoes, principalmente o descoberto em Chou-Kou-Tien estão associados a cinzas, entretanto, esta prova cultural de sua utilização não pode ser provada. O Autor faz considerações sobre a importância do fogo na vida do homem. Com relação a classificação taxinômica dos Pithecantrópicoes não há para este grupo de fósseis tantas controvérsias como para os Australopithecídeos. Assim Brace o coloca no gênero Homo, espécie Erectus. Quanto a distribuição espacial dos fósseis deste grupo não estão mais restritos apenas a China e Java, mas inclui descobertas realizadas na África (Rabat, Tenerife, Garganta do Olduvai), Alemanha e Hungria.

Antes de iniciar a análise do estágio Neandertalense o Autor faz referência a três fósseis: o de Stenheim, o de Swanscombe e Fontéchevade. Três fósseis que têm sido alvo de muita atenção, principalmente por parte daqueles que não aceitam ter como ancestral o Neandertal. Brace aceitando os Pithecantrópicoes como um estágio da evolução humana considera o Neandertal mais um degrau para o aparecimento do homem moderno.

Com relação ao Neandertal êle mostra que do pescoço para baixo a única diferença

“reside no aspecto mais primitivo das juntas e músculos daquele, no entretanto do pescoço para cima, a dentição é pithecantropídea, no entretanto a caixa craneana é moderna” (p. 112).

Faz depois referências à cultura musteriense à qual o Neandertal está associado. Através de explanação e mapa mostra a distribuição geográfica dos fósseis Neandertalensis encontrados na França, Espanha, Bélgica, Itália, África, Palestina, Iraque, Rússia, China e Java.

No capítulo do estágio moderno o Autor refere-se aos fósseis neandertaloides, ou seja fósseis intermediários entre o Neandertal e o moderno encontrados em Skhul (Palestina), Rhunda (Alemanha) e Floisbad (África do Sul). Emerge finalmente o Cro-Magnon, Chancelade, Grimaldi que são raças, mas representantes modernos do Paleolítico Superior. Faz ainda menção à variedade cultural que surge com o homem moderno.

Êste livro vem preencher uma lacuna na bibliografia em português no que se refere aos estudos de Paleontologia Humana. A maioria das publicações são antigas e incompletas devido a que as técnicas modernas de manipulação, análise e datação dos fósseis têm provocado uma revisão no conhecimento e também porque dia a dia as descobertas se acumulam e há necessidade de se ter informação científica dos mesmos. O mérito da obra de Brace reside principalmente em ter arquitetado a sistematização paleontológica partindo da teoria do evolucionismo lineal. Não se limitou a transcrever opiniões e informações de outros autores, como freqüentemente acontece. A base teórica supra relaciona as questões fundamentais da cronologia com a cultura e os fósseis, demonstrando de forma conclusiva a existência de uma evolução paralela entre os elementos culturais e biológicos.

MARIA SALETTE ZULZKE TRUJILLO

* *
*

PINSKY (Jaime). — *100 Textos de História Antiga*. Hucitec. São Paulo. 1972. 155 pp.

O presente volume vem preencher uma lacuna que há muito se fazia sentir entre nós no campo do ensino da História.

Obras como essa eram há muito tempo reclamadas, pois todos nós, professores, sentíamos a falta de um volume de textos que servisse para mostrar aos nossos alunos que a História se faz com documentos e que ela é somente válida se apoiada em fatos que devem ser comprovados ou interpretados à luz dos nossos atuais conhecimentos.

O saudoso Prof. Jaime Coelho, da antiga Faculdade de Filosofia da Guanabara, por várias vezes tentou organizar uma coleção de textos históricos. Era mesmo sua preocupação máxima. Outros, como o Prof. F. V. Laga, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (SP), chegaram a elaborar obras que, infelizmente, tiveram muito pouca repercussão.

Agora temos um volume de textos de História Antiga, organizado pelo Prof. Jaime Pinsky, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (SP), com o apoio de uma verdadeira equipe de jovens professores. São documentos rigorosamente traduzidos das melhores fontes, agrupados por assunto e distribuídos harmoniosamente ao longo do volume. Assim, os professores têm agora um livro de textos que servirá, tanto para os cursos de graduação, como dos de pós-graduação, pois o que importa é o comentário feito por professores e alunos em torno de um texto, nos seminários de estudos que, felizmente, vão se tornando a regra no ensino da História entre nós.

A tradução e exposição dos textos foi rigorosamente controlada pelo Prof. Jaime Pinsky e sua equipe, de tal maneira que podemos dizer, sem sombra de dúvida, que está perfeita.

Fazemos votos para que este volume seja seguido de outros, a fim de que todos os setores do ensino da História tenham o seu quinhão na publicação de textos.

Atualmente, com a grande expansão escolar pelo interior do Estado e de todo o país, um livro como este é extremamente valioso para dar o tom do ensino como nós, professores mais velhos, gostaríamos de ver realizado.

Recomendamos, pois, vivamente, aos nossos colegas a difusão de tão valioso volume e esperamos, como já dissemos, que não seja o primeiro e o último.

E. S. P.

* *
*

MORRIS (Ivan). — *The World of The Shining Prince*. New York. Alfred Knopf. 1969. 336 pgs.

No século X de nossa era foi elaborada na corte de Heian, no Japão, a primeira grande novela conhecida, o *Genji-Monogatari*. É esta fascinante cultura, única em muitos aspectos, que Mr. Ivan Morris faz surgir diante de nossos olhos através de vívida descrição.

Um dos muitos aspectos notáveis do período de Heian foi o papel central ocupado pelas mulheres nobres, especialmente na literatura. Murasaki era uma nobre cortesã, e sua novela, o *Genji-Monogatari* ("A Novela de Genji"), descreve a vida e os amores de Hiraku Genji, o filho do imperador. Era o círculo de Heian um mundo estreito, aristocrático, voltado para si mesmo, esquecido das outras classes

e da vida nas províncias. Contudo, a despeito de sua insularidade, alcançou o mesmo um extraordinário nível cultural, principalmente quando o comparamos com o sombrio estado da Europa daquele tempo.

Ivan Morris baseia também o seu estudo em muitas outras fontes, inclusive em trabalhos de ficção, diários elaborados pelas damas da côrte, e, o que é mais importante ainda, no *Makura no Sôshi* ("O Livro da Almofada"), de Sei Shonagon, que, além de ser uma pequena obra-prima literária, é a nossa principal fonte documental sobre a vida diária na capital. Utilizou-se também das crônicas e dos diários dos nobres do tempo, flagrantemente calcados em modelos chineses. Assim informado, oferece Mr. Morris aos especialistas em cultura japonesa um quadro realista da política, religião, estética e ética da sociedade de Heian.

Em síntese, *The World of the Shining Prince* torna acessível e real uma das mais brilhantes civilizações da História, até agora apenas vislumbrada pelos leitores ocidentais do *Genji-Monogatari*.

CARLOS ALBERTO NARDY

* *
*

LOMBARD (Maurice). — *L'Islam dans sa première grandeur (VIIIe-XIe siècle)*. Paris. Flammarion. 1971. 246 págs. e um quadro sinótico das dinastias muçulmanas.

Na advertência inicial do volume (integrado na *Nouvelle Bibliothèque Scientifique* dirigida por Fernand Braudel), somos informados tratar-se de obra póstuma, em que se encontram expressas idéias professadas por Maurice Lombard em cursos pronunciados na *École Pratique des Hautes Études* e na *École Normale Supérieure*, entre 1957 e 1960. Acrescentam os editôres, ainda, a seguinte observação: "Il ne s'agit pas d'un oeuvre dont Maurice Lombard a pu voir la forme définitive. Le lecteur voudra bien s'en souvenir".

Ora, chegamos a ficar em dúvida, acêrca dos inconvenientes desta circunstância para o aspecto assumido pelo volume. De fato, partindo de aulas, com o recurso — inclusive — a notas de estudantes, "para completar algumas lacunas do texto" (cf. observação final à pág. 240), chegaram os editôres a um trabalho extremamente didático, de leitura agradável pela clareza e concisão do estilo. O que — certamente — se perdeu em maior erudição que lhe teria atribuído o autor, se pudesse levá-lo à sua versão última, ganhou-se em vivacidade e espontaneidade. Assim sendo, tanto professores como principiantes no estudo da matéria poderão, cada um a seu modo, tirar grande proveito do volume em causa.

O Islam em sua primeira grandeza integra-se na fase marcadamente oriental da Idade Média, precedendo imediatamente o despertar do Ocidente, que levaria a uma reviravolta, como gráficamente se demonstra à pág. 238. Tal fato já é signi-

ficativo: o gráfico final liga-se às primeiras linhas da introdução, o que denuncia o rigor, a ordem, o método na elaboração. Estes traços, é verdade, estão sempre presentes, a despeito da diversidade da matéria tratada, pois é o mundo muçulmano, visto em todos os seus cenários, preferencialmente de um ângulo econômico, que temos aqui.

Principiamos com um retrospecto da conquista em que, ao mesmo tempo, se articula o fenômeno árabe com o seu mundo contemporâneo, bizantino, sassânida ou magrebino. Sublinhando o caráter não destrutivo da conquista, sob a qual se manteve a ordem pré-existente, parte o Autor (mais uma vez, pois já o fizera antes), para a refutação da tese de H. Pirenne, como se vê: “c'est, pensons nous, grâce à la conquête musulmane que l'Occident a repris contact avec les civilisations orientales et, à travers elles, avec les grands mouvements mondiaux de commerce et de culture. Alors que les grandes invasions barbares des IV^e et V^e siècles avaient entraîné la régression économique de l'Occident mérovingien puis carolingien, la création du nouvel empire islamique entraîne, pour ce meme Occident un étonnant développement. Si les invasions germaniques ont précipité de déclin de l'Occident, les invasions musulmanes ont provoqué la relance de sa civilisation. Bref, le problème, posé en Occident à propos de l'arrivée des Barbares, de la continuité ou de la régression économique, doit être tranché, dans le cas de la conquête arabe et sur l'ensemble du domaine musulman, par l'affirmation, non seulement de toute absence de coupure, mais, plus encore, d'un prodigieux essor (pág. 11)”.

A idéia da continuidade histórica, aliás, parece ser a dominante no trabalho, não se perdendo qualquer oportunidade para afirmá-la, e da mais ampla forma possível. Assim é que, já a propósito dos levantinos, então designados por *Syri*, lembram-se seus predecessores fenícios (pág. 14), cujos portos, por sua vez, serviram em seguida aos helenísticos, romanos, bizantinos, até chegar aos muçulmanos (pág. 31); a iranisação dos árabes sugere a continuidade persa, testemunhada pela língua (pág. 34), e a própria persistência do púnico e do latim na África do Norte (pág. 58) tende a ressaltar sempre o engano das crenças em rupturas bruscas.

Além da continuidade, relações cada vez mais intensas entre elementos das mais diversas procedências fazem do Islam, inclusive, um instrumento de ligação de “dois grandes domínios econômicos: o do Oceano Índico e o do Mediterrâneo. Reunidos na época helenística, separados em seguida em dois mundos rivais — romano-bizantino e pártico-sassânida — êstes dois domínios vão novamente fundir-se, graças à conquista muçulmana, num nôvo e imenso domínio econômico (págs. 15-16)”. Significativo, a tal respeito, é o caso do Egito: desprovido de ferro, recorre, para armar-se, tanto à importação de espadas da Índia como de espadas francas (chamadas de *Firanga*) (pág. 25).

Naturalmente, neste imenso complexo de relações, as cidades têm um papel primordial, constituindo-se numa rede comparável à ossatura do mundo muçulmano, bem como a um circuito das grandes correntes de civilização. Para o Autor, êste florescimento urbano, até agora não suficientemente estudado, ultrapassa de muito o próprio movimento urbano do Império Romano. E o Prof. Lombard, que pro-

fessou curso na nossa Faculdade em 1954, lembra-se de São Paulo, “la ville qui croissait le plus vite du monde”, para compará-la com Bagdá, cujo ritmo de crescimento foi superior até mesmo ao paulistano (pág. 121).

A título de informação, segue a distribuição da matéria no volume: a). — Aspecto territorial: a região dos istmes, o mundo iraniano, o Ocidente muçulmano; b). — Aspecto lingüístico; c). — Moedas e cidades: problemas monetários, o surto urbano, a organização do trabalho e os movimentos sociais; d). — As trocas: a produção e objetos de comércio, as relações comerciais e seus intermediários judeus, cristãos e muçulmanos.

PEDRO MOACIR CAMPOS

* *
*

HEERS (Jacques). — *Gênes au XVe siècle (Civilisation méditerranéenne, grand capitalisme, et capitalisme populaire)*. Flammarion, 1971. 437 pp. 16 gráficos e mapas.

Trata-se de um resumo de sua tese de doutoramento, cujo texto integral foi publicado pelo *Centre de Recherches Historiques (École Pratique des Hautes Études. VIe Section)* com o título de *Gênes au XVe siècle. Activité économique et problèmes sociaux* (Paris, S.E.V.P.E.N., 1961).

Neste trabalho Jacques Heers procura mostrar como Gênova, cidade que se “lança ao mar”, possuía no fim da Idade Média estranhas fortunas. Seus mercadores freqüentavam as mais longíquas rotas da Ásia e mantinha, até no Mar Negro, feitorias e impérios coloniais aventuradas nos limites do mundo cristão. No entanto, ela sempre se mostrou impotente, mesmo na Itália, para dominar os seus próprios vizinhos, senhores turbulentos que, constantemente, ameaçavam suas rotas e sua segurança; foi incapaz de construir um Estado. Seus mercadores não compravam terras no campo, nele não faziam os homens trabalhar. A cidade, sem dúvida a mais mediterrânea do Ocidente, em suma não era mais do que um *ghetto* que vivia de longínquas cumplicidades, que enriquecia-se pelo mar e por todos os tráficos sutis do dinheiro. Cidade moderna já nessa época, marcada pela ascensão do grande capitalismo — muitas vezes capitalismo popular —, sempre omnipresente, triunfante; cidade também que sempre estava em busca de um difícil equilíbrio social e político; a mais turbulenta das cidades dessa Itália instável, por isso mesmo a mais atraente para a história das sociedades.

E. S. P.

* *
*

VARLEY (H. Paul). — *The Onin War*. Columbia University Press, 1967. 238 págs.

A Idade do domínio do *bakufu* no Japão começou aproximadamente em 1185 e terminou em 1868. Êste período de mais ou menos sete séculos pode ser dividido em três fases, sendo que a primeira delas durou até a guerra Onin (1467-77).

H. Paul Varley examina o desenvolvimento institucional do *bakufu* desde seu início até a metade do século XV. Descreve detalhadamente os eventos que levaram à guerra Onin, que marcou o fim da primeira tentativa de tomada do poder pelos militares.

Durante três séculos, os militares procuraram adaptar para seu uso o sistema de latifúndios, padrão de propriedade que se desenvolveu durante o domínio da côrte imperial. A relativa estabilidade das grandes propriedades habilitou o *bakufu* da Kamakura a manter sua influência sôbre o país.

Por volta do século XIII, porém, tal sistema começou a dar mostras de enfraquecimento. O *bakufu* Ashikaga, sucessor do *bakufu* de Kamakura, foi forçado a viver sob a dependência de um grupo de vassalos ou funcionários provinciais conhecidos como *shugo-daimyo*. Um equilíbrio de poder entre ambos dominou os anos anteriores à guerra Onin.

Esta guerra, cuja duração alcançou mais de 10 anos, marcou o fim do efetivo poder dos fiscais indicados pelo *bakufu*. A ela seguiu-se um século de anarquia e guerras intermitentes nas províncias, após o que o Japão ingressou em nôvo período de forte govêrno central sob Nobunaga, Hideyoshi e os Tokugawa.

Após discutir a natureza dos *bakufu* de Kamakura e de Muromachi e o desenvolvimento dos *shugo-daimyo*, indicando os papéis desempenhados por cada um dêles no desenvolvimento do feudalismo japonês, o Dr. Varley volta sua atenção para o problema das ambições e animosidades cujo ponto culminante foi a guerra.

Uma tradução de trechos selecionados da "Crônica de Onin" acompanha o presente estudo, tornando acessível pela primeira vez ao público ocidental esta importante fonte histórica.

CARLOS ALBERTO NARDY

* *
*

VELHO (Álvaro). — *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama (1497-1499)*.

Prefácio, notas e anexos por A. Fontoura da Costa. III edição. Lisboa. Agência Geral do Ultramar. 1969. 236 pp.

Documento importantíssimo para a história das navegações, o *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama* aparece em reedição comemorativa do quinto centenário do nascimento do grande navegador, com prefácio, notas e anexos por A. Fontoura da Costa. Nestas, o erudito historiador português cuida de numerosos

tópicos esclarecedores, com relação ao texto: autenticidade, autoria, edições anteriores, etc.. Vem, ainda, a edição enriquecida de numerosas notas, muitas das quais, segundo o próprio anotador, baseadas nas melhores edições (Koepke, Ravenstein, Huemmerich), e ainda de quatro “anexos” referentes ao Gama, aos seus homens e à própria viagem, de “cartas” elucidativas dos roteiros e de várias ilustrações. Cremos, à vista de tudo isto, que se trata de uma edição por assim dizer definitiva do importante códice.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *
*

MORINEAU (Michel). — *Les faux-semblants d'un démarrage économique: agriculture et démographie en France au XVIIIe siècle*. Paris. Armand Colin. 1971. (Cahiers des Annales, n. 30).

“Revolução Agrícola” em França do século XVIII?

A pergunta, de grande atualidade, já fôra sentida e apresentada claramente pelos contemporâneos, mas não passou de uma evidência literária. Fisiocratas; tentativas isoladas de “modernização” agrícola de proprietários esclarecidos; sociedades agrícolas que buscavam paternalisticamente instruir os lavradores; publicações, tôdas estas manifestações demonstram a verdadeira “agromania” que embalou alguns espíritos do século XVIII francês. Mas em relação a ela não faltou o ceticismo e a ironia como por exemplo a de Voltaire:

“Vers l’an 1750, la nation rassasiée de vers, de tragédies, de comédies, d’opéras, de romans, d’histoires romanesques, de réflexions morales plus romanesques encore, de disputes théologiques sur la grâce et les convulsions, se mit enfin à raisonner sur les blés. On oublia même les vignes pour ne parler que du froment et du seigle. On écrivit des choses utiles sur l’agriculture; tout le monde les lut, excepté les laboureurs. On supposa, au sortir de l’opéra-comique, que la France avait prodigieusement du blé à vendre...” (p. 7-8).

Se, a noção de uma revolução na agricultura não fôra unânimemente aceita no próprio século XVIII pelos contemporâneos, ela suscita ainda hoje dúvidas.

Para sair dessa indecisão o Autor propõe o estudo da Agricultura francesa através da evolução dos rendimentos dos cereais (especialmente do trigo) como uma das formas mais garantidas para resolver de vez ao impasse. E que o estudo seja efetuado em bases quantitativas.

“Le recours aux chiffres a, en principe, l’avantage de dissiper les ambiguïtés nées de la littérature” (p. 10).

Emprêsa semelhante vem sendo efetuada por Toutain, Labrousse, Le Roy Ladurie, Meuvret, Slicher van Bath. O Autor critica a metodologia empregada por

êste último especialista de recorrer à médias nacionais da produtividade agrícola, incertas por várias razões particularmente devido às dificuldades de fontes comparáveis. Impõe-se, então, a pesquisa à partir dos quadros regionais. Esta será a preocupação do Autor e o método de trabalho de sua obra.

“Un chiffre unique pour la France n'a jamais, comme de nos jours, qu'une signification conventionnelle, quelle que soit sa correction statistique. Il masque le divorce des régions avancées, dynamiques et des régions retardataires” (p. 13).

Um estudo crítico e exaustivo das fontes utilizadas é apresentado. O corpo documental é constituído de testemunhos diretos e indiretos sôbre os rendimentos agrícolas, de estimativas feitas pelos próprios lavradores ou por observadores oficiais ou officiosos, por agrônomos, viajantes e outros.

A conduta escolhida sendo a da análise do rendimento agrícola regional, o Autor passa a estudá-lo, região por região, comparando sempre e para cada unidade os resultados que êle próprio obteve com os de especialistas atuais e com os testemunhos de contemporâneos. As variáveis consideradas na análise são em geral, os rendimentos por semente, por hectare e a introdução de culturas novas. Verdadeira *promenade* agrícola pela França setecentista. Mas o Autor não trabalha com outras variáveis, essenciais a nosso vêr, dentro da problemática escolhida, como o tamanho e a evolução da propriedade, as inovações tecnológicas eventualmente introduzidas nos campos, os investimentos e sua origem aplicados na Agricultura.

Nota-se que o Autor trabalha mais de forma qualitativa que quantitativa. Seus quadros, seus cálculos, seus gráficos quase entram no texto como ilustração do mesmo e não como parte básica central. Suas análises e conclusões deixam o leitor na insegurança sôbre a existência ou não de mudanças estruturais marcantes, “revolucionárias”, na produtividade agrícola francesa do século XVIII. O próprio Autor é cauteloso sôbre a validade do critério adotado — o dos rendimentos — para responder sua pergunta constante:

“Mais le choix du critère était-il judicieux? Les vrais progrès n'auraient-ils pas été enregistrer ailleurs?” (p. 68).

O verdadeiro aumento da produtividade agrícola só se deu em França, diz-nos Morineau, após os anos de 1830-1840, embora em muitos Departamentos as inovações foram realizadas após fortes resistências. Enfim

“... nous avançons que, pour la France, la révolution agricole n'eut pas lieu au XVIIIe siècle si on l'envisage sous l'angle d'un essor des deux grands secteurs de l'économie rurale: les céréales “nobles” et les cheptel” (p. 70).

O problema ainda é o de se saber até que ponto a estagnação dos rendimentos foi apanágio da França e qual a distância que a separava, nêste particular, das outras nações. Por isso, Morineau faz uma comparação entre a Inglaterra de 1789 e a França de 1840 e encontra melhor produtividade agrícola britânica

da ordem de 40 e 50% para o rendimento por hectare, e de 2 pontos par ao rendimento por semente.

Para o Autor a interação causal entre “Revolução Agrícola” e “Revolução Demográfica” é contestada. O crescimento demográfico não acompanhado de modificações nas estruturas profissionais e do re-equilíbrio de subsistências pelas importações de gêneros alimentícios do exterior pode implicar simplesmente na extensão da agricultura para terras não desbravadas e na proliferação dos *hommes-souris* mal alimentados.

Nesta linha de raciocínio somos levados logicamente a recolocar a questão pessimista de Malthus para a França do século XVIII. Para Morineau o aumento populacional então verificado e não acompanhado de progresso agrícola amplo levou à progressão da miséria, à pauperização da maioria da população.

O texto fundamental da obra termina na página 87. A seguir justapõem-se 300 páginas dos chamados *Anexos*. Estes são constituídos de documentos analisados e transcritos, de gráficos e tabelas, mas curiosamente de estudos monográficos aparentemente desligados do texto principal. (*Les comptes d'une métairie la chapinière en Bonchamps près Leval*, p. 233-274; *De la Vignerie de Grasse et autres lieux de la France du Midi*, p. 275-284; *La disjoiture du XVIIIe siècle français: économie et démographie*, p. 289-337). Este último estudo merece alguns comentários por estar melhor relacionado com o texto principal da obra.

Interessa ao Autor saber da correlação entre o crescimento demográfico francês, patente no século XVIII, com os rendimentos dos cereais. Teia havido oposição entre a variável — aumento populacional — com — diminuição do nível de vida das populações — levando ao impasse Malthusiano?

Na tentativa de responder a esta questão, ponto chave e controvertido para economistas e demógrafos da atualidade, Morineau sintetiza os resultados a que chegaram vários especialistas. E, convencido da validade da análise regional contra a das médias gerais nacionais, apresenta a população da França do século XVIII por “generalidade”. Seus dados de apoio são os censos e as estimações várias feitas na época (como as de Expilly, Necker, Des Pommelles e outras) já tantas vezes utilizadas pelos demógrafos.

A cautela em discutir, no texto, cada cifra utilizada acaba por torná-lo pesado, dificultando, ao leitor, o relacionamento dos resultados demográficos elementares (apenas taxas brutas vitais) das várias regiões.

No relacionamento que faz entre população e subsistência a primeira constatação que verifica é a de “deficits” crônicos,

“... l'existence inéluctable d'un processus de paupérisation accompagnant la croissance d'une population dont l'agriculture n'a pas le moyen de se transformer, de se transfigurer” (p. 322).

Apesar da presença de outros elementos equilibradores da população (importação de gêneros da Europa e colônias, desenvolvimento relativo do comércio inter-

-provincias, afluxo de metal nos centros urbanos "industriais") o empobrecimento na França é patente, agravado pela estagnação relativa da produtividade agrícola.

Enfim,

"ni'révolution démographique', ni'révolution agricole'... Un siècle disjoint... Mais disjoint de l'avenir, le XVIIIe siècle est conjoint au passé" (p. 334).

Historiador mais que demógrafo, Morineau não nos convence inteiramente, nas suas análises quantitativas, sobre a problemática da "Revolução Demográfica" em França do século XVIII. O maior mérito da obra é, sem dúvida, sua intenção iconoclasta das idéias facilmente aceitas. No caso, a desmistificação da existência de transformações amplas, "modernizadoras" — *demográficas e agrícolas* — da França setecentista.

Mas a análise demográfica sofisticada e mais profunda sobre a real dinâmica populacional francesa — como um todo — durante o século XVIII continua por ser feita. Sem dúvida alguma a resposta às questões sobre a "Revolução Demográfica" de França nos será brevemente oferecida com a publicação dos resultados da grande pesquisa empreendida pelo INED, e dirigida por Louis Henry, sobre a população francesa dos séculos XVII e XVIII (*).

MARIA LUIZA MARCÍLIO

* *
*

BEHRENS (Hedwig). — *Mechanicus Franz Dinnendahl (1775-1826) — Erbauer der ersten Dampfmaschinen an der Ruhr*. Koeln. Rheinisch-Westfaelisches Archiv. 1970. 579 págs..

O volume 22 da série *Schriften zur Rheinisch-Westfaelischen Wirtschaftsgeschichte*, com a costumeira impecável apresentação, surge como uma importante coletânea de documentos concernentes aos primórdios da industrialização alemã. A título de introdução, o prof. H. Kellenbenz nos proporciona uma visão da obra de Dinnendahl, situando-a no panorama da história européia sua contemporânea. As novidades técnicas postas em prática na Grã-Bretanha durante a segunda metade do século XVIII não tardaram em repercutir na Alemanha, levando Karl von Stein a visitar o país, já em 1784, quando Watt e Matthew Boulton construíam sua primeira máquina a vapor. Só em 1798, todavia, foi o primeiro engenho desta natureza, importado da Inglaterra, empregado na Alemanha. Logo depois, o regime

(*) — Artigos publicados constantemente na revista *Population* (Paris) e nos *Annales de Démographie Historique* nos informam sobre os métodos e avanços da pesquisa.

napoleônico, forçando a uma interrupção dos contactos com os britânicos, correspondeu a um retardo na industrialização, já bastante desfavorecida pelas condições anteriores ao estabelecimento do *Zollverein*. Os pioneiros, entretanto, não desanimaram, a começar por F. Harkort, com suas "oficinas mecânicas" instaladas em 1818, F. Haniel e os irmãos Franz e Johann Dinnendahl.

Franz Dinnendahl contribuiu amplamente para a introdução do maquinário a vapor no Ruhr, bem como para a própria construção de máquinas, cabendo a Johann, na mesma região, importantes inovações relativas aos processos metalúrgicos já praticados na Grã-Bretanha. Dos dois, Franz foi a personalidade que se tornou mais conhecida, sendo, inclusive, cantado em duas poesias reproduzidas no volume. Deixou, ainda, uma autobiografia e numerosa documentação sobre sua vida e atividades. Em pleno domínio francês, em 1807, instalara-se em Essen, travando conhecimento com a família Krupp, de cujos filhos foi uma espécie de preceptor. Em 1819, passou a conselheiro municipal, já na fase em que outros entusiastas da industrialização, como Jacobi, Huysen e Haniel lhe faziam séria concorrência, pondo-o em dificuldades financeiras que não cessaram até sua morte, em agosto de 1826.

Os documentos apresentados assim se classificam: A). — Fontes para a biografia de Franz Dinnendahl; B). — Fontes para suas atividades. Como apêndice, documentos relativos ao seu legado e herdeiros, bem como esclarecimentos (inclusive de vocabulário especializado) para a compreensão dos documentos.

PEDRO MOACIR CAMPOS

* *
*

CESAR (Guilhermino). — *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul: 1605-1801*.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1969. 231 p.

Estão reunidos no volume 23 documentos (relatos, cargas e informações de viajantes, missionários, titulares de cargos administrativos, soldados e aventureiros) que esclarecem aspectos fundamentais com respeito à formação histórica da comunidade gaúcha. O autor deu preferência aos informantes capazes de sugerir aos curiosos de hoje nova ordem de indagações, tendentes a completar o que se omitiu ou chegou até nós incompleto ou desfigurado. A data dos documentos medeia entre 1605, "momento em que a ação missionária da Companhia de Jesus, partindo da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, alcançou o silvícola das imediações do Rio Mampituba, até 1801, ano em que os rio-grandenses incorporaram as Missões Orientais do Uruguai ao território brasileiro. Nesse período, de quase dois séculos, tomou o Rio Grande a sua feição territorial definitiva, salvo retificações posteriores da linha fronteira, sem maior importância no conjunto".

Os textos transcritos, sempre acompanhados de elucidativo introito, estão distribuídos por quatro partes: I — O indígena e a catequese, II — Tentativas de povoamento, III — A fundação do Rio Grande de São Pedro, IV — De “terra de ninguém” a “terra dos muitos”.

Na primeira parte o leitor vai encontrar descrições gerais dos costumes dos indígenas da região (Carijós, Arachãs, etc.) e informações sobre as normas próprias da catequese jesuítica, fornecendo também subsídios para a localização de grupos silvícolas desaparecidos.

Em “Tentativas de povoamento” (p. 45-92), como bem pondera o compilador, os diversos documentos coevos permitem inferir que a descida para o sul obedeceu economicamente aos seguintes atrativos: exploração da courama nas vacarias do Pinhal e do Mar; contrabando da prata do Potosí, por intermédio da Colônia do Sacramento; comércio com Buenos Aires; resgate de índios; exploração aurífera e expansão dos latifúndios. Ai pode-se deparar com uma série de documentos onde as descrições da terra a ser conquistada em definitivo é o tema mais focalizado: carta do rio São Francisco, Vila de Nossa Senhora da Graça, até o rio de Martim Afonso de Souza (p. 51-54); como viajar por terra, da Colônia ao Sacramento Laguna (p. 55-60), de autoria de Domingos da Filgueira, de 1703; a colônia do Sacramento e Rio Grande (p. 61-69), onde o autor, Francisco Ribeiro, dá realce ao papel importante representado pelos “presídios” para consolidação da posse do “continente do Rio Grande”; “notícias práticas da costa e povoações do mar do sul” (p. 75-85) de Manuel Gonçalves de Aguiar, etc.

Dois documentos compem a terceira parte: preparativos para receber a expedição Silva Pais (correspondência do contratador de couros Cristovão Pereira de Abreu dirigida ao general Gomes Freire de Andrade) e trecho do estudo de Simão Pereira de Sá, até hoje quase totalmente inédito, “História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento”, relatando as lutas dos fundadores do Rio Grande com os índios tapes, que muito hostilizaram os primeiros expedicionários chegados à província sulina.

A última parte (p. 109-205) é a mais alentada. Ali estão, entre outros, as “Notícias do Rio Grande”, do Brigadeiro José da Silva Pais, fundador da fortaleza de Jesus-Maria-José, núcleo inicial da atual cidade do Rio Grande, os relatos sobre catequese e aldeamentos dos índios minuanos, as descrições dos usos e costumes rio-grandenses feitas pelo cirurgião-mor Francisco Ferreira de Souza, por Domingos Alves Moniz e Francisco João Roscio, este último autor do “Compêndio Noticioso do Continente do Rio Grande de São Pedro até o distrito do Governho de Santa Catarina”.

Ao final o leitor depara com o relato de Gabriel Ribeiro de Almeida sobre a Tomada dos Sete Povos das Missões, que resultou na eliminação de uma área de atrito entre portugueses e espanhóis.

Como fecho do volume o compilador organizou um útil índice onomástico e toponímico.



MELLO (General Raul Silveira de). — *Para além dos bandeirantes*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1968. 310 pp.

Em diferentes ocasiões e locais — especialmente no *Diário do Povo*, de Campinas, no suplemento literário de *O Estado de São Paulo* e na *Revista de História*, de São Paulo — tivemos oportunidade de ressaltar o valor das contribuições do General Raul Silveira de Mello à história militar do Brasil, com vista especial para as longínquas regiões do Centro-Oeste. Seja compondo a história do Forte de Coimbra, seja biografando a Ricardo Franco de Almeida Serra (“Um homem do dever”), seja, ainda, narrando a crônica de algumas praças fortes do Mato Grosso, a verdade é que os trabalhos do ilustre militar e historiador constituem peças básicas para o estudo daquelas extensas áreas onde a defesa da nacionalidade, especialmente após a assinatura dos tratados de limites do século XVIII, obrigou o Estado português a uma radical mudança de atitude com relação a um melhor conhecimento do interior do Brasil. A demarcação das fronteiras, a fortificação de tão extensas lindes, o levantamento topográfico e cartográfico, o interesse pelas pesquisas em torno da geografia e da história natural de tais regiões, constituem pontos altos da preocupação luso-brasileira na segunda metade do século XVIII.

O último trabalho do General Silveira de Mello *Para além dos bandeirantes*, admirável exemplo de uma vitalidade que, já beirando os noventa anos, leva-o ainda a exaustivas pesquisas arquivais — é praticamente a biografia de Francisco Rodrigues do Prado, e constitui como o próprio autor o afirma, “um completo, em caixa alta” da sua “História do Forte de Coimbra”, pois a este baluarte de defesa das lindes brasileiras o mineiro de São João del Rey ligou boa parte de sua obra em Mato Grosso. Nascido em 1758, já aos vinte anos aparecia êle em Vila Bela, então sede da Capitania de Mato Grosso, no alto Guaporé, para onde fôra levado, ao que parece, por um irmão que lá se dedicava ao garimpo. A ambientação histórica que o General Silveira de Mello julgou necessária para situar seu biografado no tempo e no espaço, constitui excelente contribuição à história de Mato Grosso. A trajetória do grande explorador é traçada com as possíveis particularidades: Vila Bela, Cuiabá, Coimbra, Miranda... Ênfase especial procura o autor dar ao seu interesse pelos grupos indígenas de Mato Grosso, notadamente os guaicurú ou “índios cavaleiros”, como costumavam ser denominados.

O interesse particular que Francisco Rodrigues do Prado dedicou aos guaicurú levou-o a escrever valiosa monografia sobre êles, publicada originalmente no jornal “O Patriota”, do Rio de Janeiro, em 1814, e reimpressa, anos mais tarde, pela Revista do Instituto Histórico Brasileiro, no seu número inicial, em 1839. Antes, todavia, do Instituto Histórico conhecer a memória de Rodrigues do Prado, já ela havia sido utilizada por Robert Southey, que a resumiu no último volume de sua famosa *História do Brasil*. E, segundo informa ainda o General Silveira de

Mello, fôra e'la divulgada também em *Nouveaux Annales de Voyages*, em 1819. Não seria apenas por acaso êste interêsse na divulgação no exterior da monografia do nosso explorador mineiro. Todavia, lembra mais uma vez o autor de *Para além dos bandeirantes*, que, tanto na edição de "O Patriota" como na do Instituto Histórico, "se encontram falhas decorrentes talvez de cochilos de copistas, tais como adulteração de palavras, omissões e trocas de letras, ortografias viciadas, providas de tropeços na leitura do original ou das cópias que serviram para as publicações".

Biografando a Francisco Rodrigues do Prado, pareceu ao General Silveira de Mello que deveria inserir na biografia dêste grande soldado um capítulo especial contendo a monografia "de renome universal" sôbre os guaicurú. Foi o que fêz no capítulo XI da terceira parte de seu nôvo livro. Ali podem os leitores encontrar quase na íntegra o importante documento, que honra sobremodo a cultura brasileira do século XVIII, no que respeita ao seu interêsse etnográfico. Dizemos quase na íntegra, porque, como o próprio autor o confessa, "com o fim de torná-la mais atraente e menos longa", omitiu "alguns trechos dispensáveis, que não mais interessam". Assim também, "quanto a coordenadas astronômicas, posições e descrições de acidentes geográficos e outras indicações hoje desnecessárias". "Estas pequenas reduções — justifica Silveira de Mello — dão margem para notas explicativas e parênteses destinados a facilitar a compreensão da leitura".

Consoante costume da época, a monografia trazia o rebarbativo título "História dos Índios Cavaleiros ou da Nação Guaicurú, escrita no Real Presídio de Coimbra, por Francisco Rodrigues do Prado, comandante do mesmo, em que descreve os seus usos e costumes, leis, alianças, ritos e govêrnos doméstico, e as hostilidades feitas a diferentes nações bárbaras, aos portugueses e espanhóis, males que ainda são presentes na memória de todos — Ano de 1795". Inserida, assim, entre as páginas 120 e 145 de *Para além dos bandeirantes*, o General Silveira de Mello retirou do esquecimento a valiosa monografia, para, nos capítulos seguintes, retomar a narrativa da vida e obra de seu biografado, até o seu falecimento, em 1804.

"O que consta dêste livro — diz modestamente o brilhante oficial de nosso Exército — não é tudo, nem talvez seja o melhor a respeito dêste lídimo soldado. E' o bastante, porém, para guindá-lo ao pedestal da fama e da glória. Seus altos predicados militares, cívicos e morais sirvam de exemplo e estímulo à mocidade de hoje e de amanhã. Homem de fé. Homem de retidão e valor. Soldado às direitas. Dignificou a farda e deu realce à carreira das armas. Devotado aos chefes e às leis. Amigo dos subordinados e dêles respeitado e querido. Homem de sadias convicções e de elevados sentimentos, capaz dos mais pesados sacrifícios e renúncias por amor ao Dever e à Pátria".

Assim, com belo volume *Para além dos bandeirantes* presta à Biblioteca do Exército mais um assinalado serviço à cultura histórica de nosso país.

* *
*

HOLANDA (Sérgio Buarque de) (sob a direção de). — *História do Brasil — Curso Moderno. Volume I: das origens à Independência*. Coleção Sérgio Buarque de Hollanda com a colaboração de Carla de Queiroz, Sylvia Barboza Ferraz e Virgílio Noya Pinto. Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1971.

Estava realmente faltando um livro didático que realmente fôsse atraente para o público estudantil. Numa época em que o mais perfeito é oferecido nas técnicas de cinema e televisão e a imprensa dá grande valor à apresentação gráfica, não poderíamos continuar com os “manuais-Espanta Aluno”. De há muito os professores europeus melhoraram a apresentação de seus livros. No Brasil iniciou uma verdadeira renovação dos livros didáticos a sempre atuante Companhia Editôra Nacional. E, contrariamente ao esperado, isto não encareceu a aquisição do exemplar pela bôlsa quase sempre vazia do nosso estudante.

A coleção que agora foi lançada, sob a responsabilidade de nomes conhecidos no meio universitário paulista, é mais uma prova do que se pode fazer com uma disciplina que, pelas suas implicações com as artes plásticas em geral, tantas possibilidades de realização gráfica nos fornece.

Repleto de gravuras multicoloridas e reproduções fotográficas bem cuidadas é um volume atraente e por isso mesmo muito formativo: enquanto aprende História do Brasil, o aluno entra em contacto com as grandes produções de nossos artistas e dos mais renomados entre os europeus.

A apresentação não é tudo. Dêle se pode dizer *Opus superabat materiam*, pois a parte intelectual é da categoria “A”, não só pela precisão e clareza de exposição dos pontos, mas também (e isto é nôvo) pela linguagem adaptada ao vocabulário do adolescente que como sabemos não é *habitué* de Vieira e Camões. Mas estamos no nível da boa linguagem, que lhes é familiar e costumeira, sem se cair na trivialidade e grosseria.

Como se tudo isso não bastasse para recomendar a coleção, temos ainda, acompanhando a edição, dois livretos, um para guia do professor e outro para proposição de trabalhos práticos aos alunos. Com esta inovação, os autores livram os professores sobrecarregados de uma tarefa exaustiva, pois até os testes mais interessantes já estão prontos para serem dados em classe. Sem dúvida um grande empreendimento, que merece nosso incentivo e que os nossos mestres esperam.

CLÁUDIO DE CICCO

* *
*

ALMEIDA (Aluísio de). *História de Sorocaba*. Sorocaba. Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico. 1969. 336 pp.

Muito deve a história de Sorocaba, bem como a de todo o sul paulista a Aluísio de Almeida. Em jornais, revistas e publicações avulsas tem dado à estampa suas exaustivas pesquisas, que não interrompeu mesmo quando precárias se tornaram, infelizmente, nas condições de saúde. O volume que registramos, editado pelo Instituto Histórico local, sumarisa a crônica da histórica cidade, especialmente nas suas principais participações na história de São Paulo e do Brasil: no bandeirismo, no tropeirismo, na revolução liberal e no pioneirismo industrial.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *
*

GAILLARD (Jeanne). — *Communes de province. Commune de Paris —1870/1871*. Flammarion, 1971.

No artigo intitulado *Paris e o movimento comunalista na província*, publicado na "Revue Socialiste" em 1909, G. Bourgin caracterizava a Comuna como um fenômeno especificamente parisiense.

Esta interpretação tem dominado a historiografia sobre o assunto, historiografia que absorvida pelos fenômenos parisienses, tende a apresentar as comunas provinciais como ressurgências sem força e sem grande interesse da Comuna de Paris. Fruto provavelmente de um centralismo do qual a História não escapa menos que a política, sofreu evidentemente a influência de Marx e Lenine, cuja interpretação se impôs a toda uma geração de historiadores no sentido ainda de caracterizar a Comuna como a primeira das revoluções proletárias — um protótipo, imperfeito é certo, mas um protótipo das revoluções socialistas contemporâneas. Nestas condições, os movimentos provinciais, muito pouco socialistas, fortemente republicanos, não inspirariam senão uma curiosidade limitada.

Paris sim teria tido papel capital nas revoluções de 1870/1871. O proletariado parisiense não era o mais numeroso, consciente e melhor organizado em França? Como deixar de ver ali o elemento motor da revolução a agir sobre o conjunto do território?

Tal interpretação contudo, tem sido revista ultimamente, no sentido de se reconhecer um comunalismo provincial com caracteres próprios, distintos do comunalismo parisiense.

Na província também houve insurreções, mas houve igualmente um estado de espírito, manifestações de opinião cujos fundamentos sociológicos é necessário estudar. O movimento ali teria sido original o suficiente para não se constituir em

simples decalque do modelo parisiense, havendo nas comunas provinciais uma especificidade decorrente em parte da especificidade da sociedade provincial.

E' no sentido de fuga à abordagem clássica e de procurar elucidar os problemas mencionados que surge o livro de Jeanne Gaillard. Êste volume da Coleção *Questions d'histoire*, dirigida por Marc Ferro e tendo por tema a Comuna e a provincia, dilata o lugar consagrado ao movimento comunalista no conjunto do país. Tentando apreender a relação entre as revoluções de 1870/1871 e o conjunto da vida politica francesa, oferece uma visão do fenômeno comunalista, distinta daquela a que nos temos habituado.

A primeira parte do livro é composta de dez capítulos. No número 1, intitulado — Lyon, capital do socialismo em março de 1870 e Marseille, capital do “não” no plebiscito de maio — a autora adverte que “não retraxará o quadro clássico do crescimento operário sob o Segundo Império, o qual preludia a maior parte dos estudos sôbre a Comuna”. Destacará, sim “um certo número de fenômenos que derivam diretamente do crescimento industrial e urbano”.

Os demais capítulos abordam os seguintes tópicos:

2. — A guerra de 70 e as Ligas Meridionais.
3. — A revolução do Sudeste: municipal ou comunalista?
4. — 18 de março de 1871, desfôrra da Guarda Nacional parisiense sôbre “os rurais”.
5. — A Comuna de Paris vista da Provincia.
6. — A retomada do movimento comunalista na provincia.
7. — Duas tradições: comunas provinciais, comuna parisiense.
8. — Guerra civil ou conciliação.
9. — As cidades republicanas tomam a palavra (Congresso de Lyon em 13 de maio de 1871).
10. — A Semana Sangienta não é o único episódio da Comuna.

A segunda parte do trabalho em pauta, além de transcrever oito documentos, levanta problemas relativos ao assunto e complementa-o com apreciável bibliografia, selecionada da enorme quantidade de obras acêrca da Comuna.

SUELY ROBLES REIS DE QUEIROZ

* *
*

SCANTIMBURGO (João de). — *Tratado Geral do Brasil*. Companhia Editôra Nacional. São Paulo. 1971.

Abordar as principais noções de Educação Moral e Cívica bem como de Problemas Brasileiros, sem se tornar superficial em matérias que requerem tanta atenção, vinha se tornando o pesadelo de professores secundários e mesmo universitários. Onde encontrar a documentação necessária? Onde buscar o que há de mais

atualizado em assuntos tão ligados com a própria dinâmica de nossa história mais recente?

A tudo isto veio solucionar ao sabor de uma linguagem clara e objetiva, o profundo estudo do Professor João de Scantimburgo. Poucas obras terão tão vasta documentação. Mapas e escalas estatísticas, sinopses e resumos tornam o livro muito útil para o professor atualizado.

Seu alcance é ainda maior, se pensarmos que os problemas ali tratados interessam a todos os que se ocupam do estudo de nossa cultura: vai então ser lido com proveito por professores não apenas de Moral e Cívica ou Problemas Brasileiros, mas ainda por mestres de Cultura Brasileira, História, Geografia, Sociologia e Antropologia. E mesmo podemos recomendá-lo a todos os que devem conhecer melhor seu país por sua missão de esclarecer a opinião pública: jornalistas em geral, assistentes sociais, publicitários.

Todos ali encontrarão um estudo de nossas raízes culturais e históricas; uma visão de nossa terra e de nossa gente; um estudo sincero de nossas tradições, usos e costumes; um relatório sobre nosso desenvolvimento; uma visão global de nossas instituições políticas e de nossas realizações jurídicas. Verdadeiro *Vade-Mecum* do homem culto no Brasil de hoje.

CLÁUDIO DE CICCO

* *
*

AMARAL (Antônio Barreto do). — *O bairro de Pinheiros*. São Paulo. Departamento de Cultura. 1969. 144 pp.

Em números anteriores desta publicação já tivemos oportunidade de fazer referências à iniciativa do Departamento de Cultura da municipalidade paulistana promovendo concursos de monografias sobre a história dos bairros da cidade de São Paulo. Levou-nos a isto, na ocasião, o registro da história do Brás, elaborado pela Professora Maria Celestina Teixeira Mendes Tôrres. Pouco depois foi a vez de Santana, pela mesma autora. E agora recebemos a monografia sobre Pinheiros, "o mais antigo bairro de São Paulo", originário de uma primitiva aldeia de índios, e cuja evolução histórica foi tão bem estudada pelo Dr. Antônio Barreto do Amaral, a quem as letras históricas já devem diversos trabalhos de pesquisa e investigação. O caso de Pinheiros é bem típico da função povoadora dos aldeamentos indígenas. Muitos outros, na periferia de São Paulo, ajudariam a comprovar a tese, mas, ao que parece, nenhum tão expressivo quanto Pinheiros, talvez pela sua maior vinculação com a cidade, da qual se tornou um dos bairros mais importantes e mais populosos, enquanto que os demais permanecem em áreas periféricas, mais afastados. Excelente apresentação gráfica, com mapas e plantas. Convém registrar que, há alguns anos, já Pinheiros fôra objeto de importante es-

tudo levado a efeito pelo grupo de geógrafos do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, do qual resultou belo volume editado pela própria Universidade de São Paulo.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS